

POLÍTICOS, MILITARES OU MONOPOLISTAS? UM OLHAR SOBRE O ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE NA BAHIA OITOCENTISTA

Rodrigo F. Lopes

Mestrando em História pela Universidade
Federal da Bahia
rodrigolopes28@hotmail.com



Resumo

No século XIX, o abastecimento de carne verde para a capital da Província da Bahia era uma atividade de interesse primordial para o poder público, por se tratar de um gênero de primeira necessidade na dieta alimentar da sociedade baiana. Sua importância gerou a criação de uma série de leis e posturas que pretendiam controlar o abastecimento de carne, desde a quantidade de animais abatidos para consumo quanto o seu preço e distribuição nos pontos de venda espalhados pela Cidade da Bahia, com o objetivo de evitar a atividade dos monopolistas, que dificultavam o acesso da população da cidade ao vívere através da alta dos preços e da qualidade do produto oferecido. Porém, ao mesmo tempo em que o poder público tentava combater os monopolistas, criava condições para que eles estivessem inseridos dentro de seu próprio corpo administrativo.

Palavras-chave: Abastecimento, Bahia, Economia.

Abstrat

In the century XIX, the supply of fresh meat for the capital of the Province of the Bahia was an activity of primordial interest for the government, because of treating a type of first necessity in the food diet of the Bahian society. His importance produced the creation of a series of laws and postures that were intending to control the supply of meat, from the quantity of animals knocked down for consumption how much his price and distribution in the points of sale spread by the City of the Bahia, with the objective to avoid the activity of the monopolists, who were making difficult the access of the population of the city to a product through the rise of the prices and of the quality of the offered product. However, at the same time in which the public power was trying to fight the monopolists, it was creating conditions so that they were inserted inside his administrative body itself.

Keywords: Supply, Bahia, Economy.

O Abastecimento da cidade de Salvador no século XIX foi marcado por diversos fatores conjunturais que ora dificultavam, ora regularizavam essa atividade que garantia à população da capital da Província o suprimento de víveres necessários à sua sobrevivência, entre eles, a carne verde.

Dentre esses fatores, percebe-se alguns exteriores ao controle social, como durante os períodos de secas, pois os anos oitocentos sofreram estiagens que se prolongaram por longos períodos seguidos¹, definhando os pastos e o gado, como mostram os testemunhos variados presentes em correspondências diversas trocadas entre proprietários de gado ou dirigentes das comarcas com o governo provincial, “(...) Ainda assim, quando a estação não corre regular, estes mesmos gados morrem ou ficam em estado de não poderem vir para a Capital, e é neste caso que aparece a escacez, e as carnes sobem a um preço fabuloso (...)”².

Juntam-se a este, tantos outros de origem infraestrutural e política, quais sejam a falta de estradas para o transporte das boiadas destinadas ao consumo soteropolitano, as longas distâncias percorridas do alto sertão da província até sua capital e até mesmo as dificuldades administrativas experimentadas pela Câmara Municipal e pela Presidência da Província para regular a contento, o abate e a distribuição das carnes verdes para os talhos municipais, de onde a população de Salvador se abastecia dos cortes do produto para seu consumo.

A distribuição de carne verde na Província da Bahia no decorrer do século XIX foi marcada por irregularidades, que geravam constantes convulsões sociais e embates políticos entre o governo provincial e a população baiana, que tinha na carne verde um dos gêneros de primeira necessidade para sua alimentação. A historiografia sobre o século XIX na Bahia já se deteve em algumas análises referentes a essas crises de abastecimento, vide os trabalhos de Márcia Gabriela Aguiar e João José Reis sobre a revolta da *Carne sem osso, farinha sem caroço*³ e os trabalhos de Kátia Mattoso sobre o comércio baiano no século XIX⁴.

Kátia Mattoso em sua análise sobre os preços de produtos na Bahia do século XIX, pontua que a carne verde sempre teve sua distribuição e preço tabelado pelos poderes públicos desde a época colonial, motivo pelo qual a flutuação de preços manteve-se relativamente

¹ GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. Salvador: UFBA, 2000.

² Carta do Sr. José de Azevedo Almeida, marchante, ao Presidente da Província, dando conta das regiões produtoras de gado para o abastecimento da capital. APEB. Seção colonial - provincial. Presidência da Província/ Abastecimento – carne/1865/ maço 4630.

³ AGUIAR, Márcia Gabriela D.; e REIS, João José. “Carne sem osso, farinha sem caroço”: O motim de 1858 contra carestia na Bahia. IN: *Revista de História*. São Paulo: FFCH-USP, 1996.

⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: A cidade do Salvador e seu comércio o século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

estável⁵. É variada em documentação sobre o abastecimento de gado em Salvador nos oitocentos, a preocupação do Governo Provincial e da Câmara Municipal com a regulamentação do abate e distribuição de carne verde tanto para a capital quanto para as comarcas do interior da Bahia. Em 1828, na comarca de Jacobina, por exemplo, criadores recorriam ao Art. 6618 da Lei de 1 de Abril que versava sobre a necessidade de proteger os criadores de gado nas comarcas da província na tentativa de se evitar a matança desnecessária e a perda de carne verde que sobrava do abate sem controle. “Nunca na Jacobina se matou gado senão huma vez por semana, três bois, e só em occasião de festividade quatro rezes. Como pois dar consumo a huma por dia? Se não há esse consumo que se obriga a pagar ao criador a perda d’ametade⁶”.

O desperdício de carne verde certamente era muito freqüente em uma época onde não havia técnicas maiores que o salgamento e transformação da carne fresca em “carne seca”, processo que demorava alguns dias de secagem ao relento até que o produto estivesse pronto para ser estocado; desta forma, a matança diária de reses em Jacobina faria crescer a quantidade do gênero sem aproveitamento ao final do dia, quando pela ação da temperatura e da falta de meios de conservação, as carnes já estariam imprestáveis para o consumo.

109

Em Salvador, sobre as carnes que chegavam aos talhos, locais onde eram postas à venda, já se faziam muitas menções em relação às sobras que existiam ao fim de um dia de vendas, tendo que se jogar no mar caso as Santas Casas Pias não as quisessem; o próprio Regulamento do Matadouro Público de 1866 reiterou essa prática,⁷ um cuidado com a salubridade que os anos de epidemias de cólera na Província, dos quais se ocupou Onildo David⁸, ensinaram a ter.

As políticas de fiscalização e controle do gado criado nas praças que abasteciam a capital tinham formas variadas, passavam por solicitações de dados quantitativos requeridos pela Presidência da Província aos administradores das vilas e comarcas do interior, como também leis e ordens expedidas pela Câmara Municipal de Salvador com a finalidade de controlar a entrada de boiadas nas terras da Cidade da Bahia, provenientes das mais diferentes regiões da Província da Bahia e de outras províncias também. Através dessas solicitações, o

⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos Baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004. p. 89.

⁶ APEB. Seção Colonial e provincial. Presidência da Província/ Abastecimento- gado- carne- currais/ 1830/ maço 4630.

⁷ APEB. Seção colonial e provincial. Regulamento do Matadouro Público, 1866. pg. 22. Art. 35. § 5º.

⁸ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

Governo Provincial conseguia ter o controle sobre a quantidade aproximada dos rebanhos bovinos por comarca, assim, ficava mais fácil o controle do número de cabeças de gado disponíveis para o abastecimento de Salvador; as solicitações de gado eram regulares para abastecer a capital, ainda mais se houvesse dificuldade de abastecimento seja por epidemias, seja por crises políticas entre o poder público e os criadores; mas de posse desses dados, a Presidência da Província sabia onde e a quem pedir uma maior ou menor quantidade de rezes caso houvesse necessidade.

O controle governamental do abastecimento era diferente em duas situações; em épocas de crise de abastecimento, - entendendo crise aqui segundo o conceito formulado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, para o qual crise é um processo onde se sucedem três situações; falta, carestia e fome⁹ - como durante a epidemia de cólera nos anos 1850, quando o número de boiadas transportadas do sertão para o recôncavo baiano diminuía por causa da doença. A Presidência da Província era responsável por viabilizar o abastecimento, nomeando encarregados no interior para comprar gados que eram levados do sertão até o Registro de Feira de Santana¹⁰, onde a negociação de preços era concluída, e garantindo recursos públicos para que não faltasse carne para abastecer Salvador.

Uma segunda situação ocorria em tempos de regularidade de abastecimento, quando a Câmara Municipal assumia a administração e a fiscalização do Matadouro Público, assegurando aos criadores a liberdade de comércio e de preços, tomando o cuidado apenas de estabelecer um limite máximo de preço considerado tolerável.

Nestas condições, os gados não eram comercializados no Registro de Feira de Santana, eles eram registrados naquela localidade e seguiam pela Estrada das Boiadas - também conhecida como Estrada Real dos Gados¹¹ - até os Pastos do Conselho ou pastos da Campina de Pirajá, onde aguardavam por ordem de chegada por dois ou três dias até serem encaminhados aos Currais do Matadouro Público nas imediações do Forte do Barbalho e,

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790) Tese (*Doutorado em História*) –UFF. Niterói, 1990.

¹⁰ Registros eram os locais onde os gados provenientes do interior da Província ou de Províncias vizinhas eram reunidos pelos boiadeiros para serem contados antes de se encaminharem para a Estrada Real do Gado que ligava Feira de Santana a Salvador ao longo do século XIX.

¹¹ As “*estradas reais do gado*” eram todas as rotas por onde, no século XVIII, passavam boiadas pelos registros coloniais. A principal delas existente desde o século XVII, partia dos sertões do Piauí, encontrava-se com a rota de Juazeiro, desviava por Coité, Serrinha e Alagoinhas até Salvador. Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996, p. 149. No século XIX, as alusões à Estrada Real do Gado referem-se à estrada que ligava o Registro de Feira de Santana à Salvador, passando pelas imediações de Capoeame, então já conhecida como Feira Velha.

segundo consta no trabalho de Pedro de Almeida Vasconcelos¹², onde eram acertados os preços da carne a ser vendida com os donos ou seus Agentes (antes do abate), até serem abatidos na manhã do dia seguinte e seguirem para os talhos previamente estabelecidos para serem comercializadas.

Ilustração 1: Estrada das Boiadas¹³



111

O corpo burocrático criado para a administração do abastecimento de Salvador era formado desde o início do século XIX pela Administração dos Pastos do Conselho, que tinha sob sua tutela a administração da Fazenda Campina, onde os rebanhos que chegavam à Salvador eram novamente contados antes de serem enviados para o abate no Matadouro.

Observando-se os livros de registros das atividades do Matadouro, até o ano de 1850, com poucas variações, a abertura dos Termos e das Portarias da Câmara refere-se ao “Administrador dos Curraes”¹⁴. A partir de 1850, o Administrador dos Currais passa a ser referido como “Administrador do Matadouro Público”. A mudança no tratamento não significa que a ocupação administrativa sofreu grandes modificações em suas competências,

¹²VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. p.171.

¹³ Adaptação sobre mapa disponível em < <http://www.urbanrail.net/am/salv/salvador-map.gif>>

¹⁴ APEB. Seção colonial e Provincial /Presidência da Província/ Abastecimento – gado/ 1831/ maço 4630.

mas indica que foi neste período que o Matadouro Público teria deixado de ser apenas um local de matança de gados localizado nas Hortas de São Bento desde o século XVIII¹⁵, e passado a ser uma repartição administrativa da municipalidade, uma Superintendência com sede própria e com importância maior que o simples abate do gado, passando a concentrar a administração dos Registros de gado, controle das vendas de carne, coleta de impostos relativos aos bois e criadores, fiscalização e apreensão de animais criados soltos em áreas urbanas da capital, e localizado na antiga “Matança Pequena” próximo ao Forte do Barbalho¹⁶.

Os Atravessadores e Monopolistas

Ciente dos locais e a quantidade de gados que a capital poderia contar para seu abastecimento em épocas de crise, o Governo da Província procedia às solicitações de animais destinados ao abate no Matadouro Público da Bahia, em Salvador. Para essa atividade, eram contratadas pessoas que tinham por função comprar gados no sertão e cobrar impostos dos fazendeiros e criadores. Um exemplo desse tipo de serviço pode ser percebido na transcrição a seguir:

(...) o presidente da província em virtude do artigo 5º da lei do Orçamento Provincial nº 130 do corrente anno financeiro, nomeia o cidadão Gonçalo Gomes da Cruz, para promover, depois de se entender com a Thezouraria, afim de lhe dar os precisos esclarecimentos, a cobrança do dízimo da gado Vacum e Cavallar, e da dívida publica atrasada nas Freguesias do Camisão, e Stº Antônio da Jacobina; vencendo a gratificação de 15 por cento, do seu effectivamente arrecador, conforme se acha estabelecida no citado artigo 5º da Lei referida. Essa, que vai sob o Sello das Armas Imperiais, por mim assignados, se registrará na Secretaria desta Presidência, na mencionada Thezouraria, e onde mais locar.

Palácio do Governo da Bahia, 22 de agosto de 1839
Thomaz Menezes Garcia d' Souza.¹⁷

Esses funcionários eram pessoas de confiança do Governo, quase sempre ligados também à atividade de criação, compra e venda de animais. Algumas vezes, como foi possível

¹⁵ As Hortas de São Bento ocupavam toda a região contígua à área do Mosteiro de São Bento, onde desde o século XVIII funcionava o primeiro Matadouro de gado para o abastecimento de Salvador.

¹⁶ O nome “Matança Pequena” já sugere que em outras localidades que não as Hortas de São Bento, já se fazia a atividade de abate de gados em menor quantidade. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)*. p.171.

¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Abastecimento – gado/ 1839/ maço 4630.

observar através da farta documentação enviada à Presidência da Província, em ocasiões de baixa produção ou de dificuldades extremas (como no caso da epidemia de cólera), cidadãos que residiam em Salvador e possuíam fazendas no sertão eram também encarregados de encontrar criadores que pudessem fornecer animais para a capital¹⁸. Na impossibilidade de cumprir aos pedidos do Presidente da Província, os encarregados enviavam procuradores (agentes) para levar a contento a compra dos bois.

Em meio a este processo de compra de gados nas fazendas do sertão baiano, dois nomes se destacam entre os mais freqüentes fornecedores de rebanhos para o abastecimento de Salvador, o Senador da Província Manoel Teixeira Soares e o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio.

Entre os anos cobertos por este trabalho, 1850 a 1868, o Senador Teixeira Soares era encarregado da compra de gados no sertão de Jacobina, onde também possuía fazendas e para onde se mudou durante o tempo em que a epidemia colérica atingiu o recôncavo baiano e a capital. Até 1855, seus ofícios ao Presidente da Província aparecem com regularidade dando conta das boiadas negociadas na região de Jacobina e enviadas para Salvador. O curioso em relação ao Senador Teixeira Soares, é que a partir da análise de seus bens inventariados em 1894 por ocasião de seu falecimento, a maior parte de seus negócios e bens estavam em Salvador, diversos imóveis, bem como ações das Cia. de Transporte Urbano de Salvador e Cia. de Iluminação Pública¹⁹.

O que levou o Senador a permanecer tanto tempo em sua propriedade na Vila de Jacobina, uma vez que a quase totalidade de seus negócios estavam na capital da província? A priori, pode parecer que por certo o Senador Teixeira Soares estava fugindo da epidemia, mas por outro lado, analisando o alcance territorial de sua procura por gado, referendado pelas cartas de várias origens dirigidas ao Senador pelos criadores do sertão prestando conta da existência ou não de boiadas disponíveis, parece possível que o Senador estivesse inteiramente dedicado a comprar gado em quantidade e a baixo custo, para vendê-los à capital da província a um custo maior, aproveitando-se da urgência, da necessidade e da garantia de

¹⁸ As fazendas sertanejas eram unidades de produção que se dedicavam à criação bovina, mas em um nível menor também produziam gêneros agrícolas e criações de animais menores para subsistência ou para o pequeno comércio com vilas próximas. Em se tratando do comércio provincial, essas fazendas faziam do sertão baiano uma zona de produção de rebanhos bovinos. Alguns autores se referem por vezes a essas unidades produtoras sertanejas como Fazendas ou Currais, outras vezes usam as duas expressões juntas. Pra melhor esclarecer a diferença entre esses dois conceitos ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

¹⁹ APEB. Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciário. Inventário/ 1894-95.

compra dos bois com recursos do governo provincial. Por esta época, segundo dados apresentados por Valter Fraga Filho, o preço de gêneros como a carne verde aumentou cerca de 11,6%, gerando uma diminuição do poder de compra dos baianos; para essa alta de preços contribuía a epidemia de cólera e a seca, ocasionando a falta de carne no mercado soteropolitano²⁰. A seguir, um exemplo de correspondência enviada ao Senador por um criador de gado da Vila de Mundo Novo, distante 100 km da Comarca de Jacobina:

Ilmº. Sr. Dr. Manoel Teixeira Soares

Mundo Novo, 24 de Abril de 1855,

Com muito prazer recebi hontem anoite sua mui estimada carta datada de 19 do corrente , na qual manda V. Sr. Saber se eu quero vender-lhe o gadinho que tenho e ao conselho da dita sua carta respondo, que prezentemente, não vendo mesmo por eu precisar para alguma matalotagem. Se eu algum dia tiver intenção de o vender a V. S^a me dirigirei dando-lhe preferência(...)

De V. S^a.
Ilmo. Amº e Respº,
Custódio A. Serra.²¹

A busca incessante do Senador por gado para abastecer a capital sugere bem mais do que o dever cívico de não deixar faltar carne para a população de Salvador; não seria estranho que os encarregados de compra de gado no sertão lucrassem com esta atividade, para justificar seu empenho em cumpri-la a contento. Onildo Reis David, em seus estudos sobre a epidemia de cólera na Bahia, informa que o preço da carne verde subiu a níveis altíssimos devido à dificuldade de transporte, segundo ele, por esta época a carne verde era vendida no mercado da capital por 3\$400 a arroba²². Era o tipo de comércio rentável o bastante para que o Senador Manoel Teixeira Soares empenhasse seus esforços enquanto a situação da província permanecesse insalubre.

Outro nome influente no abastecimento de Salvador, o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio tornou-se representante dos criadores de gado que forneciam reses para o Matadouro Público, bem como considerado um dos maiores fornecedores de gado para a Capital no ano de 1868, no documento a seguir, a condição e importância do Tenente Coronel, fica bastante evidente:

²⁰ FRAGA FILHO, Valter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/ Salvador: Hucitec/ Edufba, 1996, pp. 30-31.

²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Agricultura – Indústria e Comércio/ Abastecimento – compra de gado/ 1855/ maço 4630.

²² DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. p.113.

Ilmo. e Exmo. Snr.

O Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, peticionário do requerimento junto, é segundo consta dos livros desta Repartição, o creador e soldador que por si e sua família fornece, senão mais, pelo menos a metade do gado para consumo annual d'esta Capital..²³

O fato de ser um dos maiores fornecedores de gado para a Cidade da Bahia, credenciava o Tenente Moreira Sérgio a solicitar algumas regalias ao poder público, no mesmo documento citado anteriormente, o próprio Superintendente do Matadouro Público sugere ao Presidente da Província que ceda ao Tenente, o direito de abrir quantos talhos quisesse e nas Freguesias que escolhesse para vender carne verde; “(...) Assim, pois, me parece que o Supplicante pode com toda justiça ser atendido para abrir os talhos que pede, independente de qualquer outra razão, se V. Ex^a em sua sabedoria não entender o contrário..²⁴”

Além dos lucros auferidos pela venda de seus rebanhos para o abastecimento da capital nas épocas de crise econômica, os principais criadores de Salvador garantiam para si o direito de abrir talhos para vender carne na cidade. Talhos eram os locais onde se comercializava diretamente para a população a carne verde proveniente dos bois abatidos no Matadouro Público. Era responsabilidade do Superintendente do Matadouro aconselhar o Presidente da Província no deferimento ou não da abertura de talhos em várias Freguesias da capital, uma vez que o talhador era um funcionário público e recebia salário do governo para talhar a carne posta à venda.

O processo de abertura de talhos para venda de carne verde em Salvador era regulamentado pela Presidência da Província e estava explicitado no Regulamento do Matadouro Público de 1866; vários pedidos de cidadãos eram continuamente indeferidos pelo Superintendente do Matadouro ou pela Presidência da Província, evitando um crescimento desordenado dos locais de venda, que poderiam interferir negativamente nos preços e na qualidade da carne, como se percebe no fragmento a seguir:

(...) cabe-me informar a V. Ex^a que me parece não deve ser deferido o Supplicante – 1º porque o numero de talhos não deve ser augmentado em benefício de qualquer indivíduo, e somente à bem de commodidade pública (§ 3º art. 13º do Regulamento

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

de 3 de julho d'este anno) – 2º porque já por determinação da Presidência se abriram 9 açougues no Cabeça, os quais são mais que suficientes ao consumo de carne verde procurada n'aquella localidade; e tanto que talvez eu tenha que propor à V. Ex^a a supressão de algum, se continuarem as sobras de carnes, que n'elles se dão(...).²⁵

A abertura de talhos sempre foi rigorosamente controlada pela Municipalidade desde o início do século, estabelecendo-se inclusive os locais e quantidade de talhos legalmente existentes na cidade: “Edital de 11 de abril de 1810. Artº 3º. Haverão 33 talhos do anno passado, e além destes hum nos Bulhões, ou Brotas, outro no Cabula no lugar antigo, e hum nos Mares.²⁶”

Essa preocupação da Municipalidade com relação ao número de talhos abertos tinha a finalidade de controlar o abuso de preços e evitar a ação dos monopolistas e atravessadores. Em 1842, a Câmara Municipal decidiu por não permitir mais a abertura de talhos em outras Freguezias da cidade, recomendando à população que comprasse carne apenas no Mercado Público afim de garantir o preço estabelecido.²⁷

O indeferimento sistemático de vários pedidos para abertura de talhos é estranho, não obstante o fato de admitir-se que grandes criadores de gado, tal qual o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, tivessem o número de talhos que quisessem abrir na cidade, seria a atividade de comércio de carne verde um monopólio já a partir do direito de abrir talhos para a vendagem.

A situação é reveladora na medida em que envolve diretamente a participação do Superintendente do Matadouro Público justificando os indeferimentos para cidadãos comuns com base nos regulamentos e posturas municipais que não eram observados quando se tratava de um grande criador como o Tenente Coronel Moreira Sérgio. Talvez esse seja o fio do novelo que envolve a própria repartição do Matadouro Público no esquema de monopólio e carestia de preços de carne em Salvador ao longo dos anos oitocentos. Considerações a esse respeito serão analisadas adiante.

²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628. Neste mesmo maço, encontram-se documentos pedindo a abertura de diversos talhos nas mais diferentes Freguezias de Salvador, como a Ladeira da Preguiça, Mercado de Santa Bárbara e Soledade. A maioria deles indeferidos pelo Presidente da Província aconselhado pelo Superintendente do Matadouro Público, o Sr. Ygnácio José Pereira.

²⁶ FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874).

²⁷ FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874)/ postura de 22 de setembro de 1842.

Mais uma vez as fontes nos fornecem pistas importantes para descobrir a origem do problema dos atravessadores e monopolistas que tanto gerava reclamações por parte dos cidadãos e consumidores de Salvador.

Ao mesmo tempo em que o Tenente Coronel Moreira Sérgio era um grande vendedor de gado, era também dono dos talhos que quisesse abrir para venda de carne à população da capital, controlando desta forma todo o processo de abastecimento de carne verde na Cidade da Bahia. Se fosse o proprietário dos talhos, receberia aluguel da municipalidade, se não fosse, teria alguém que trabalhasse para si a fim de vender sua carne pelo preço que estipulasse, tudo isso regulamentado em Lei: “§2º Além dos talhos da câmara municipal, o governo contractará os que forem de domínio particular, e se fizerem necessários para completar o numero marcado neste artigo. Aos respectivos donos incumbe a obrigação de que trata a segunda parte do parágrafo antecedente.”²⁸

O preço da carne vendida em Salvador era comunicado pelo dono das rezes antes da matança, inclusive sendo determinante para a escolha das boiadas que tinham preferência para o abate. Desde o início do século XIX, os menores preços garantiam para os donos a preferência do abate, e a distribuição primeira de suas carnes para os talhos, com maiores chances de serem compradas na totalidade, por chegar primeiro ao mercado.

Essa prática continuou ao longo das décadas seguintes e ainda estava presente no Regulamento do Matadouro Público publicado em 1866. Se o Tenente Coronel Moreira Sérgio era o dono da maior parte dos bois que eram abatidos no Matadouro, logo, levava uma considerável vantagem em relação à distribuição de sua carne para os talhos, visto que poderia oferecer seu produto por preços menores e ter a preferência.

Nos documentos sobre abastecimento de carne verde na Província da Bahia no século XIX, é recorrente referências aos monopolistas como um dos maiores problemas a serem resolvidos pelo poder público, afim de que a carestia dos preços da carne verde comercializada no mercado de Salvador acabasse, assim como também as reclamações acerca da má qualidade da carne vendida à população da capital.

(...) [A Bahia] dentre todas as Províncias, é a que consome mais caro esse gênero, causando também grandes prejuízos aos creadores e negociantes de gados do centro, e mais grave a resolver-se do que talvez se pense.

Essa causa é pública, pois nem ao menos procura occultar-se existir em Feira de Sant’Anna uma companhia que abrange todos os marchantes de gados (...) da qual está um dos maiores capitalistas da província, o Sr. Coronel Pedro(...) . Essa

²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

companhia servia, decerto, para impor o preço aos negociantes e criadores de gados, se porventura os agentes dos curraes da Capital não forem também sócios...²⁹

Contudo, apesar da recorrente referência ao monopólio no comércio da carne que abastecia Salvador e o seu recôncavo, não se faz referência alguma á forma direta de ação dos monopolistas nem os seus nomes. A transcrição anterior seria uma fonte preciosa para saber mais sobre esses personagens, uma vez que cita o nome de um deles de forma direta, mas pelo seu péssimo estado de conservação, foi impossível recuperar seu sobrenome, mas existe a referência “Coronel”, e àquela altura, o título era empregado a todo proprietário de terras de algum prestígio econômico ou social no sertão.

O esquema do monopólio funcionava com a participação dos Agentes dos Currais, empregados do Matadouro que tinham por função transportar as boiadas depois de registradas em Feira de Santana até os pastos do Conselho, na Estrada das Boiadas, já bem próximo à Salvador, imediações das Campinas de Pirajá, onde o gado aguardava por oito e até três dias na Fazenda da Campina antes de ser enviado para o abate no Matadouro Público.

A companhia de marchantes a que se refere a transcrição anterior endereçado à Presidência da Província, encabeçada pelo “Coronel Pedro...(?)”, funcionou como uma associação de monopolistas que comprava os gados que chegavam ao Registro de Feira de Santana vindos de várias direções em épocas de abastecimento regular, quando não eram solicitados diretamente pelo Matadouro Público. Os criadores que entravam em Feira de Santana para registrar suas boiadas eram interceptados pelos membros da companhia - muitos deles deveriam ser os próprios encarregados do governo para compra de gado ou mesmo seus procuradores - que lançavam preços no “gado sem registro” bem abaixo do mercado, como esse rebanhos não haviam sido solicitados pela Presidência, nem enviados pelos encarregados do Governo, não havia certeza de sua compra imediata ou pelo menos, de um preço bom pelos animais quando chegassem ao Registro.

(...) No comércio de gados há uma classe de indivíduos intermediária entre o criador e o consumidor, a qual tira todo o seu lucro da especulação e monopólio, que pode fazer desse gênero de primeira necessidade, comprando barato àquelle para vender caro à este. Semelhantes indivíduos forão, por muitos annos como é sabido, o flagelo do mercado de carne verde nesta terra, os déspotas das estradas

²⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1865/ maço 4628. Esse documento não está assinado e se revela uma ótima fonte para perceber o alcance do problema da carestia da carne em Salvador, porém, encontra-se em péssimo estado de conservação, o que explica tantas falhas na transcrição.

que interceptavam a imediata comunicação das fazendas dos criadores de gado com o Matadouro Público (...) ³⁰

Diante da possibilidade de vender o gado magro e cansado antes de serem pesados e registrados, quando deveriam aceitar o preço fixo que o governo se dispunha a pagar pelos animais, os criadores e vaqueiros negociavam os rebanhos inteiros ou em partes, diretamente com esses donos de invernadas, também chamados de “*marchantes*”; a partir de então, os gados descansariam algumas semanas pastando nas invernadas, para ganharem peso e serem registrados gordos e saudáveis, alcançando um lucro muito maior para os que os compraram dos sertanejos, para somente depois seguirem o percurso até Salvador.

Esse tipo de negociação foi por muito tempo alvo de controvérsias entre o poder público, os criadores e a população de Salvador, pois configura uma prática condenada pela tradição popular, o atravessamento. Em seu livro “*Subsistência e Poder: A política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*”, o historiador Flávio Marcus da Silva analisa o conceito de economia moral, no qual a sociedade baseia sua noção de normalidade econômica e preço através da percepção de que o poder público está zelando pelo controle da oferta e dos preços dos víveres. Sendo o atravessamento uma atividade que foge ao controle das autoridades, fica evidente a realidade que provocou na Cidade da Bahia a insatisfação popular com o abastecimento de carne verde seja pelo seu preço, seja pela sua qualidade. ³¹

Nestas situações, os criadores preferiam vender seus gados aos atravessadores por um preço abaixo do que desejavam a ter que esperar os animais definharem mais ainda por conta do pouco pasto e da viagem e serem obrigados a vendê-los mais barato ainda. De posse desses animais e engordando-os nas invernadas, os monopolistas vendiam-nos depois ao preço de mercado, tirando um bom lucro pelos rebanhos recém adquiridos.

Era proibido pela Câmara Municipal de Salvador, desde 1801, comprarem-se gados no meio da Estrada das Boiadas, depois que os animais eram registrados na feira do gado, para que o controle de animais entrados nos pastos da Campina fosse mais eficiente. “Artº 2º. O mesmo Senado reputará Transgressor, Formina ou Atravessador a todo aquelle que pelas estradas do

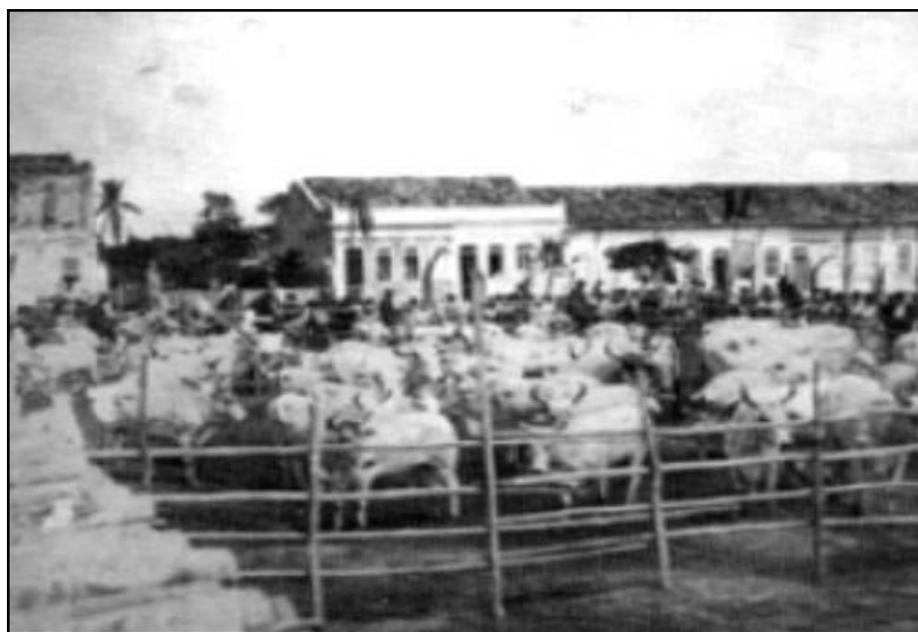
³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

³¹ Essa tradição popular pode ser identificada entre a sociedade soteropolitana através da mobilização diante das autoridades para reclamar da alta do preço e da baixa qualidade da carne comercializada. A população de Salvador chega a apontar em vários ofícios para as autoridades públicas, o modo como funcionava o esquema de atravessamento e sua responsabilidade na carestia dos preços. Essa noção popular do ilícito ou desonesto na atividade de atravessamento ou monopólio, assemelha-se ao que foi chamado por E. P. Thompson de “economia moral”. SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 26. Ver também THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Registro à dentro, comprar boys para os revender, seja na Feira ou fora d'ella, por ser a soltura do preço só relativa ao Creador, e ao que comprar em sua mão, ou Fazenda, para o conduzir à Feira.”³²

Diante dessa proibição, a atividade dos atravessadores se dava mais constantemente antes do gado ser Registrado na antiga Feira do Capoeame (principal registro e feira de gados desde o século XVIII e até meados do século XIX, já que existem documentos relativos ao funcionamento do registro na Feira do Capoeame até 1837) ou depois do registro ser transferido para a Vila de Feira de Santana em meados de 1840.³³

*Ilustração 2: Feira do gado em Feira de Santana.*³⁴



120

Os Agentes dos Currais transportavam então o gado registrado até os Currais do Conselho e aceitavam os animais comprados pelos atravessadores da Companhia, recebendo mais, já que ganhavam 6\$200 por cabeça que fosse para o abate. Ainda cobravam para aceitar

³² FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874). A Feira referida no documento em 1801 ainda era a Feira do Capoeame, nas imediações da atual Dias D'Ávila, e não a Villa de Feira de Santana.

³³ Alguns estudos apontam Feira de Santana como principal feira de gado do interior já na primeira década do século XIX, mas ao examinar os documentos de entrada de gados nos Arquivos da Câmara Municipal de Salvador, a maior parte do gado provinha ainda da Feira do Capoeame até 1837. Para maior aprofundamento sobre essas datas diversas, ver o trabalho de SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de Consolidação Institucional. 1894-1930. (*Dissertação de mestrado*). UFBA. Cap. 1, p. 35 a 70. Aparecem referências á década de 1830 como o início do reconhecimento de Feira de Santana como maior feira de gado do interior em ZORZO, Francisco Antônio. O movimento de tráfego da empresa Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial. In. *Revista Sitientibus*. N° 26. Feira de Santana, p. 70 -71.

³⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

o transporte de gados extras dos criadores que não aceitaram vender para os atravessadores da Companhia o valor de 2\$, que iam direto para as mãos dos monopolistas, era um acordo lucrativo para ambas as partes.³⁵

Mas este foi só um dos meios usados pelos monopolistas para auferirem algum lucro com a venda de gados para o poder público municipal³⁶. Em tempos de regularidade no abastecimento, a responsabilidade do Governo da Província em providenciar gados para abastecer a cidade deixava de existir, e o abastecimento se dava diretamente através dos criadores que traziam suas boiadas eles mesmos aos Pastos do Conselho.

Analisando a prática do monopólio em tempos de abastecimento regular, volto à situação do Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio e sua solicitação ao Superintendente do Matadouro Público para a abertura de talhos na capital.

A abertura dos talhos obedecia a critérios como quantidade de talhos já existente e tamanho da população residente em cada Freguesia, não excedendo ao limite de 40 talhos espalhados pela cidade de acordo com o artº 13º do Regulamento de 1866.³⁷

Logicamente a localização dos talhos interferia positiva ou negativamente nos lucros que o criador e o talhador teriam com a vendagem da carne, pois quanto mais carne era vendida, maior era o pagamento recebido pelos talhadores; isso deve ser levado em conta para situar melhor algumas informações pertinentes sobre a solicitação do Tenente Coronel Moreira Sérgio ao Superintendente do Matadouro.

Ao relatar a petição ao Presidente da Província, o Superintendente frisou que o Tenente Coronel Moreira Sérgio era um dos maiores fornecedores de gado para Salvador, aliás, “por si e sua família fornece, senão mais, pelo menos a metade do gado para consumo annual d’esta Capital...³⁸”, exatamente por este motivo, teve o Capitão o direito de abrir os talhos que solicitou “independente de qualquer outra razão”.

Se o Tenente Coronel Moreira Sérgio era, junto com seus familiares, o fornecedor de metade do gado que Salvador consumia anualmente, isso por si só já o coloca no mesmo

³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1865/ maço 4628.

³⁶ Refiro-me ao poder público municipal porque em tempos de falta de carne para abastecimento, como na época da epidemia de cólera, quem providenciava a compra de gado no interior era a Presidência da Província, mas em épocas de abastecimento regular, a Câmara Municipal também regulava os preços e a distribuição de carne na Capital.

³⁷ A quantidade e distribuição dos talhos variou ao longo do século, por exemplo, em 1810, existiam 33 talhos em Salvador, em 1866, eram 40. Além dos talhos particulares, que tinham sua atividade franqueada aos maiores fornecedores de carne verde na Capital.

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

patamar que o Coronel Pedro (?), o líder da Companhia de Marchantes de Feira de Santana³⁹ e o Senador Manoel Teixeira Soares, em que pese que a glória deste último como grande monopolista já se ia há 14 anos, visto que estamos falando em uma informação de 1868 e não mais de 1855.

Mas o Tenente Coronel Moreira Sérgio vai além dos outros dois monopolistas, ele também era dono de talhos para venda de carne verde em Salvador, e pelo que se pode inferir do aconselhamento do Superintendente do Matadouro ao Presidente da Província, poderia abrir outros talhos onde solicitasse tamanho o seu prestígio junto ao poder público.

Estava configurado na atuação do Tenente Coronel Moreira Sérgio um monopólio do início ao fim, no processo de abastecimento de carne verde para Salvador. Um grande criador e fornecedor de gados, que lucra abastecendo a Capital da Província da Bahia com metade do que ela consome por ano - e em 1866, a cidade de Salvador possuía uma população de aproximadamente 180 mil almas e consumia aproximadamente 500 reses por semana abatidas no Matadouro Público⁴⁰ - que também detém o controle de importantes pontos de venda uma vez contratado pelo Superintendente do Matadouro, conforme o Artº 8º “(...) Os cortadores receberão o salário de 2\$ por casa rez que talharem e venderem nos açougues (...)”⁴¹ pago pela Municipalidade, além do lucro auferido pela venda de seu próprio gado.

122

Segundo as informações prestadas pelo Superintendente do Matadouro Público, e levando-se em conta que o abastecimento de carne não era regular todos os meses do ano devido a vários fatores como estradas e clima, tem-se um número aproximado de 20.000 animais abatidos por ano no Matadouro Público, sendo aproximadamente 10.000 cabeças fornecidas pelo Tenente Coronel Moreira Sérgio em 1866.

Nos talhos, os talhadores pagavam aos criadores, donos das reses, o valor total do seu peso depois de abatida, mesmo que não vendessem toda a carne, arcando nesta situação com os prejuízos advindos da negociação. Era comum, por este motivo, que os talhadores aumentassem o preço da carne, em acordo com os criadores e até com os Agentes Fiscais, que deveriam observar o cumprimento dos preços estabelecidos na negociação do dia anterior

³⁹ Ver citação 24.

⁴⁰ Segundo informações prestadas pelo Superintendente do Matadouro Público, Sr. Ygnácio José Ferreira ao Presidente da Província da Bahia em documento datado de 17 de dezembro de 1866, não pude transcrever o texto porque o documento encontra-se em péssimo estado de conservação exatamente na parte em que fornece esses dados. APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

antes do abate, repassando o ônus dos talhadores à população, daí um dos motivos para as reclamações frequentes da população contra o alto preço do gênero em Salvador.

João Luis Soares Martins, Superintendente do Matadouro Público, em ofício à Presidência da Província no ano de 1868, informa o seguinte sobre essa situação:

O preço das carnes que n'estes últimos dous mezes se tem alteado consideravelmente, tem tido por causas, segundo meo parecer a sahida das mesmas carne para o mercado debaixo do nome de garantidas pelos talhadores, isto é, vendidas por sua conta quando na forma do Regulamento desta Repartição, toda vendagem de Carne deve ser feita no mercado por conta dos donos das rezes. A garantia aqui contractada entre o dono da rêz e o talhador, em segredo de ambos, e a vendagem feita por este e sua conta no mercado, não importa em outra cousa que na fatal revendagem, por quanto o dono da rêz só dá ao talhador carne com a condição de pagar este todo o preço da vendagem, embora haja sobras, e o talhador sujeitando-se a esse ônus, pois que de outro modo não terá carne para o seo talho, levanta o preço no mercado, para cobrir os prejuízos das sobras e viradas, e salvar o seo salário (...)⁴²

O Tenente Coronel Moreira Sérgio, criador e talhador de seu próprio gado em seus talhos particulares, além de receber do poder público salário pela carne vendida nos talhos da municipalidade, ainda ficava com todo o lucro do seu próprio gado talhado, e podia se dar ao luxo de vender sua carne pelo preço que quisesse, uma vez que os preços eram determinados pelos criadores antes das reses abatidas no Matadouro Público serem encaminhadas aos talhos, para onde seguiam com o acompanhamento de um agente fiscal, como consta no Regulamento de 1866, “§ 9º Exigir dos donos das rezes, ou de seus procuradores, a declaração – por escripto – do preço que fixarem para cada libra de carne; o que ser-lhes-há permittido fazer até o dia da matança. Na falta desta declaração, o Superintendente mandará vender a carne pelo preço que julgar conveniente⁴³”.

A importância do Coronel Moreira Sérgio em meio às atividades do Matadouro Público continuou crescendo ao longo do tempo, tanto que ainda em 1868, o Tenente Coronel, representante dos interesses dos maiores criadores de gado da Província e dos seus próprios interesses enquanto monopolista tornou-se chefe da capatazia no Matadouro.

Os pagamentos dos funcionários diretamente ligados à atividade de matança do gado no Matadouro estavam desde então totalmente sob responsabilidade do Coronel Moreira Sérgio, um “chefe de confiança” da Superintendência. “(...) e além disso um serviço também hoje

⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província/ Correspondências recebidas do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

organizado sob a inspeção e responsabilidade de um chefe de confiança, não só dos interessados, como desta Repartição, o Sr, Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, creador e soltador em maior escala n'esta Província.”⁴⁴

Usando do argumento de fiscalizar o trabalho dos magarefes (funcionários que abatiam o gado), e evitar a prática de roubo de furminas (pedaços de carne das rezes abatidas) protegendo os interesses dos criadores, Moreira Sérgio aproximou-se mais ainda da administração do Matadouro Público. Para tornar-se Capataz no Matadouro Público, Moreira Sérgio e outros grandes criadores pagaram o valor de 500\$ sobre cada boi entrado no Matadouro, quantia que, adicionada aos 320\$ que a municipalidade pagava de salário aos cortadores, servia para proibir os funcionários encarregados da matança do direito a qualquer furmina.

Mas a influência dos monopolistas infiltrados no Matadouro Público não passava despercebida pelo jornal “*O Alabama*” que, em 1867, ano anterior à assinatura do contrato da Capatazia, já trazia a seguinte notícia.

Cidade de Latronópolis, bordo de Alabama, 23 de dezembro de 1867.

Offício ao Exmo. Sr. Presidente da Província, ponderando-lhe que nesta ephoca, em que há tanta carência de meios de subsistência para o cidadão brasileiro, em que milhares de famílias lutam com os terrores da necessidade e miséria pela falta de recursos de seus chefes, é grave injustiça, que no matadouro público sejam empregados africanos, escravos e libertos, com preterição aos nacionaes, que são dali despedidos para darem entrada a essa gente “bem quista”.

Para melhor orientar a S. Ex. aqui se lhe offerece os nomes desses africanos (...).⁴⁵

Os primeiros nove escravos que são listados pelo “*O Alabama*” são escravos do Sr. Ildefonso Moreira Sérgio, e seguem-se citações de mais seis escravos e sete africanos libertos, além de “outros cujos nomes são ignorados⁴⁶”. Sendo escravos do Tenente Coronel Moreira Sérgio, possivelmente não recebiam o total do pagamento a que teriam direito, que era o valor de 820\$ por cada rez abatida, segundo o que rezava o contrato de Capatazia, ou seja, até com

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondências recebidas do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

⁴⁵ APEB. Seção Colonial e provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ Jornal *O Alabama*/ 1867/ maço 4628.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ Jornal *O Alabama*/ 1867/ maço 4628.

a remuneração dos trabalhadores sob sua responsabilidade, o Tenente Coronel Moreira Sérgio tinha possibilidade de lucrar.

Pelo visto, em todas as atividades desempenhadas pelo Matadouro Público durante a Capatazia do Tenente Moreira Sérgio, havia oportunidades de ganhar influência ou mais lucros monopolizando todas as etapas de recebimento, abate e distribuição de carne verde nos talhos municipais.

O monopólio, portanto, criava uma rede de influência que envolvia desde os criadores de gado e agentes dos Curraes do Conselho, até os talhadores, e certamente os agentes fiscais responsáveis por fazer cumprir os preços de venda da carne, estabelecidos com antecedência ao abate; e em uma instância maior como se pode verificar no caso específico do Tenente Coronel Moreira Sérgio, o monopólio estava infiltrado com anuência legal da Presidência da Província e da Câmara Municipal, através da Superintendência do Matadouro Público, no próprio Matadouro, uma vez que o contrato de Capatazia colocou legalmente um monopolista naquela repartição.